

**JOSÉ JORGE DE
CARVALHO**
é professor
do Departamento de
Antropologia da UnB.

Impe



Walt Disney em foto-montagem de Steven Brower

“É preciso discutir como norma de vida a Ética da Insubordinação contra a falsa moral da obediência” (Axel von dem Bussche, sobrevivente do atentado a Hitler de 1944, aos 82 anos, em 1992) (1).

¹ Citado em Osvaldo Bayer, *Rebelión y Esperanza*, p. 405.

realismo

cultural hoje: uma questão silenciada

JOSÉ JORGE DE CARVALHO

Grande parte do material utilizado para a elaboração destas reflexões foi coletada durante o estágio de pós-doutorado de dois anos que passei nos Estados Unidos, com o auxílio de uma bolsa do CNPq, instituição a que agradeço. Sou grato também a Vladimir Carvalho, William Magalhães, Bergson Queiroz, Jorge Vinhas, Romário Schettino, Luc Verheyen, Edino Krigger, Cecília Londres, Sergio Rizek e Rita Segato, pelo envio de materiais, informações sobre leis e políticas estatais, e pelas inúmeras sugestões de idéias e argumentos.

I. IMPERIALISMO ONTEM E HOJE

H

á uma geração atrás os intelectuais e artistas brasileiros equacionavam o problema cultural do país tendo como horizonte dois fatores preponderantes:

o papel predador das nossas elites e o imperialismo norte-americano. O golpe militar havia mostrado claramente as intenções dos Estados Unidos de interferir no desenvolvimento de uma política cultural adequada às necessidades do nosso país. Trinta anos depois, é possível constatar, por um lado, que a intervenção cultural norte-americana no Brasil é infinitamente mais agressiva, e sua presença, tão disseminada na sociedade brasileira como nunca antes esteve; e, por outro, que os intelectuais, em sua grande maioria, se calam diante dessa presença que continua entrando aqui sem pedir licença.

Esta questão – teórica e política – do imperialismo norte-americano no Brasil nunca foi de fato resolvida, penso eu, porém apenas silenciada, recalcada, reprimida. Esse recalco não é nenhum efeito generalizado de fim de século, nem de era de perplexidades, nem de quaisquer retóricas paralisantes similares. Pelo contrário, é um sintoma muito particular que afeta nossa *intelligentsia*. Senão vejamos. Teóricos franceses como Jean Chesneaux (1995) e Serge Latouche (1994), o argentino radicalizado no México Néstor Canclini (1995), o venezuelano Luís Britto García (1991) e até mesmo norte-americanos como Noam Chomsky (1994), Michael Parenti (1995) e Jean Franco (1993), todos conceituam o momento presente a partir da noção de imperialismo, para alguns definido em torno do poder dos Estados Unidos, e para outros entendido como o domínio do Ocidente rico concebido em bloco. Já entre nós, trabalhos recentes de discussão da cultura e as comunicações na chamada era da globalização, como os de Octavio Ianni (1995) (2), Renato Ortiz (1994 e 1996) e Muniz Sodré (1996), passam praticamente ao largo das questões de poder e de do-

minação típicas do capitalismo contemporâneo, que gera níveis de desigualdades provavelmente jamais vistos na história da humanidade. Sobre os nossos problemas específicos com os Estados Unidos, esses autores (e não só eles, claro) nada têm a dizer. É como se essas questões não existissem.

Tomando o cinema e a música como termômetros da situação cultural presente, a maioria esmagadora dos filmes que circulam no nosso país é de produção norte-americana – em geral enlatados, produções de baixa qualidade, isentos de qualquer proposta estética, experimental ou clássica e que, por caminhos que a maioria de nós desconhece, enchem as telas das nossas TVs e dos nossos cinemas. Algo tão natural quanto o sol e a chuva. Nada que se possa mudar ou ignorar. Para repetir o que já se sabe a olho nu: segundo a contagem que realizei entre os meses de setembro e dezembro de 1996, 95% do total de filmes exibidos nos canais de TV no Brasil foi norte-americano. Em algumas semanas essa porcentagem chegou a 100%. Igualmente na programação oferecida pela rede Net de TV a cabo (que deveria ter surgido como uma alternativa de ampliação dessa homogeneidade dos canais comerciais) a proporção se manteve: 96%. A situação da música norte-americana nas rádios comerciais reflete uma crise, bastante conhecida, que se arrasta por décadas, e asfixia a produção brasileira; em alguns casos, a programação varia de 99% a 100% de produtos norte-americanos.

Esses índices nos conduzem a uma pergunta elementar, repetida há décadas e que nos últimos tempos me tem sido feita por pessoas as mais diversas: por que se vêem tantos filmes norte-americanos no Brasil, nos canais de televisão e no cinema? Por que se escuta tanta música norte-americana nas rádios brasileiras? E por que circulam tantas notícias sobre os Estados Unidos, mesmo que sejam sobre os assuntos mais fúteis e irrelevantes? Não é fácil respondê-las. Se inquirimos os conglomerados privados de informação e entretenimento, logo percebemos que não lhes inte-

2 Em 1976 Octavio Ianni escreveu uma competente análise do imperialismo norte-americano, então tímido, comparado com o massacre cultural de hoje (*Imperialismo e Cultura*). O curioso é que o quadro básico de dominação por ele traçado naquele livro não se transformou. Daí a pertinência de tê-lo silenciado nas suas análises recentes.

ressa sequer levantar essa questão: os Estados Unidos fazem convênios de renovação de equipamentos, facilitam transmissões de eventos, dão assessorias para aperfeiçoamento do nível técnico dos funcionários das televisões, etc. Se uma emissora privada resolver dar voz a algum crítico dessa presença massiva de produtos norte-americanos, perderá automaticamente essas facilidades e, conseqüentemente, perderá competitividade.

Se nos dirigimos aos canais oficiais do Estado, em busca de um esclarecimento sobre nossa relação com os produtos audiovisuais norte-americanos, ou não estão preparados ou não podem divulgar informações que refletem acordos que, para efeito até mesmo de funcionários públicos do setor, podem ser chamados de segretos. O que fica claro é o seguinte: toda a massiva mídia norte-americana que aqui chega – revistas, *posters*, discos, desenhos animados, filmes, notícias, documentários, seriados, etc. – entra por acordos que na verdade são formas de coerção. Se o governo brasileiro decide diminuir a quota desses produtos de mídia e entretenimento, de modo a preservar um espaço maior para receber produtos de outros países ou ampliar sua produção local, os Estados Unidos ameaçam imediatamente com retaliação econômica, reduzindo as suas quotas de importação do nosso café, do suco de laranja, dos calçados, etc. Já foi feito um projeto de lei para que 1% do lucro dos filmes norte-americanos exibidos no Brasil fosse destinado a um fundo de apoio à indústria cinematográfica local; a pressão norte-americana é tão grande que o projeto sequer consegue entrar em pauta para discussão no Congresso.

Tudo isso é central para desmistificar a idéia de livre mercado que nos querem vender, tanto a elite norte-americana quanto a elite política e econômica brasileira. Outra grande batalha que se iniciou recentemente (e infelizmente foi logo detida por pressão da própria mídia nacional a serviço das grandes produtoras internacionais) foi a discussão da chamada Lei da Música, uma tentativa de forçar as empresas norte-ame-

ricanas a pagar imposto pelas matrizes dos discos que vendem no Brasil. Enquanto as matrizes brasileiras são taxadas, as matrizes dos Estados Unidos entram inteiramente livres de encargos. Sintetizando em termos muito simples, o cidadão brasileiro ainda não foi chamado a decidir se quer de fato consumir 96% de produtos audiovisuais norte-americanos. O que está em jogo, então, por trás dessa pergunta elementar, é um questionamento do próprio regime em que vivemos, que se quer construir enquanto democracia representativa. A sociedade está de acordo com essa porcentagem? Se não se realiza um esforço drástico de retomada de uma equanimidade de acesso a bens simbólicos diversificados em origem e qualidade, parece mesmo que o Brasil não tem alternativa senão transformar-se em depósito, daqui até o final dos tempos, do lixo audiovisual norte-americano.

Um dos últimos momentos em que essa interferência direta norte-americana na ordem cultural brasileira conseguiu mobilizar nossos jornalistas para uma atitude, se não crítica, pelo menos à altura de sua missão de informar, foi em 1977, quando chegou ao Brasil um personagem chamado Jack Valenti, presidente da Motion Pictures Association of America, aqui mandado pelo famoso “embaixador” de Hollywood no Brasil, senhor Harry Stone. Robert Stam e Randal Johnson, na sua história do cinema brasileiro (*Brazilian Cinema*), contam muito bem as razões de Hollywood para enviar esse executivo com a finalidade precípua de arrasar a produção cinematográfica brasileira e aumentar a quota dos filmes norte-americanos :

“Sua visita em 1977 ao Brasil ‘coincidiu’ com a adoção de um número de medidas legais destinadas a proteger o cinema contra a dominação estrangeira[...]. Como os colonialistas britânicos do século dezenove, ele defendia o ‘livre comércio’, que no Terceiro Mundo é uma senha para ‘exploração’ e ‘dominação’. Valenti tinha razão para preocupar-se, obviamente, pois filmes brasileiros como *Xica da Silva* e *Lúcio Flávio* estavam superando campeões



23/25

V. Carvalho 1956/79

**Nota de Dez
Dólares, de Roy
Lichtenstein,
1956**

hollywoodianos de bilheteria como *Tubarão* e *O Exorcista*” (p. 109).

Naquela ocasião Arnaldo Jabor publicou um belíssimo e incisivo manifesto poético de repúdio à arrogância imperial de Jack Valenti e à subserviência cúmplice de nossas elites econômicas e políticas. Num dos maiores exemplos de discurso libertário e antiimperialista escritos no Brasil, Jabor descreve as ameaças do império (“e ninguém verá os crimes cinematográficos no ar”); seus efeitos em nossos políticos (“o *frisson* colonial de nossos ministros de Estado”); a rendição psíquica de nossas elites (“Deixe-me ser como o Senhor, *boss, cowboy, manda-chuva, silver dollar, big daddy*”); identifica o “monstro de papel maché de nosso desejo colonizado”; vaticina o desastre causado pelo lixo cultural imposto (“nossas antenas de TV beberão por anos a fio o leite colorido da mentira mais infernal jamais inventada”); e a vitória do imperialismo contra nossa ignorância coletiva (“uma garça voando sobre os céus do Catete envia os 40 milhões de dólares de entradas vendidas sob os olhos dos transeuntes que nada sabem do que se passa”) (3).

Escrito há dezenove anos, esse texto de

Arnaldo Jabor preserva toda a sua força e toda a sua atualidade (4). Infelizmente, desconheço textos atuais seus que dêem continuidade a essa ira santa e poética contra o imperialismo cultural norte-americano. Desconcerta igualmente pensar que hoje em dia é preciso dois acadêmicos norte-americanos a lembrar aos cientistas sociais brasileiros a natureza da relação que o seu país mantém com o Brasil: o engodo do “livre comércio” e a realidade da “exploração” e da “dominação” (5).

Obviamente, esse imperialismo cultural é uma via, não de mão dupla, mas construída a quatro mãos. O fechamento do espaço democrático no Brasil interessa tanto ao império quanto à colônia. Por exemplo, a Constituição brasileira de 1988 contempla a existência de um Conselho de Comunicação Social, do qual participariam representantes da sociedade civil, cuja função seria controlar a natureza dos produtos (audiovisuais, impressos, materiais, performáticos) que circulam pelos meios (poucos) de comunicação vigentes no país. Pelo menos em duas frentes esse Conselho significaria um avanço na construção de uma democracia de fato pluralista no Brasil: a qualidade do espectro cultural

3 Infelizmente não tive acesso ao texto de Jabor em português, já que Stam e Johnson dão apenas a data em que foi publicado (11 de outubro de 1977), provavelmente no *Journal do Brasil*. Esclareço, portanto, que o que apresento é minha versão para o português da tradução inglesa, feita pelos autores do livro, do original português de Jabor.

4 Naquela ocasião Vladimir Carvalho também escreveu um texto satírico de repúdio a Jack Valenti, comparando-o aos bandidos de seriado que assaltavam a diligência (no caso, o cinema brasileiro). Vladimir termina num suspense: “Enquanto isto Jack, ciceroneado por Harry, vai passear a sua importância de patrão e colocar os pontos nos ii. Isto é, começa a sequência da perseguição. Conseguirá o cinema brasileiro sair dessa? Voltem na próxima semana” (1977, p. 17).

mediático seria posta em questão, e seria reforçada a liberdade de expressar idéias e críticas. Enquanto o Congresso protela a nomeação dos membros do Conselho, passamos por José Sarney, por Fernando Collor e a sua crise de *impeachment*, por Itamar Franco, e chegamos aos dias de hoje: além de tantas outras coisas em comum, o atual governo se parece com os anteriores em não favorecer a implementação desse Conselho (6). Nem sequer podemos saber a reação dos Estados Unidos à sua prática, pois não existe, e há indícios de que será retirado da Constituição.

Neste momento, não se pode falar em proteção do espaço público sem tocar nos meios de comunicação, pois eles são simplesmente a sua base. Só o controle da sociedade civil pode impedir a tirania do fechamento das idéias, das distorções de informações e dos abusos de exposição da população a determinados produtos simbólicos. Precisamente como ocorreu nos Estados Unidos desde o início do século, quando começou uma concentração crescente do espaço jornalístico e de comunicação em geral nas mãos das grandes corporações e declinou vertiginosamente a capacidade da sociedade de interferir nas grandes questões nacionais, também no Brasil esse enorme fechamento se perpetua e os efeitos de desmobilização e desinformação sistemática aparecem de modo cada dia mais dramático (7).

Países de grande tradição democrática, como a França e a Inglaterra, estão agora intervindo na qualidade dos produtos audiovisuais, sobretudo para defender-se, como eles mesmos dizem, da baixa qualidade da produção audiovisual norte-americana. Em 1993 os Estados Unidos dominaram 80% da exibição comercial de filmes na França e 91% dos filmes exibidos na Espanha. Isso suscitou respostas iradas da comunidade de cineastas dos países e foi assumido, pelos governos respectivos, como uma crise de dimensões nacionais (8). No caso específico da música, a França já passou leis claras de reserva de mercado para proteger (ou salvar) a produção musical francesa do *dumping* que faz a indústria

fonográfica norte-americana. A Alemanha enfrenta problema idêntico em face dessa indústria. Também Portugal tem desenvolvido mecanismos para proteger a língua e a cultura portuguesas do massacre dos produtos norte-americanos. Em todos esses três países, essa reorientação democrática (e popular, na verdade) do espaço da cultura midiática só está sendo possível porque contam com um mecanismo similar ao Conselho de Comunicação. Mais ainda, nesses casos os conselhos são deliberativos; no Brasil, o poder não permite sequer a instalação de um conselho consultivo. Aqui, o *dumping* vem existindo há anos sem nenhum questionamento: as gravadoras multinacionais trazem as matrizes para cá e reproduzem os discos sem pagar um centavo de imposto, enquanto as matrizes feitas no Brasil (a música nacional, enfim) não têm como evitar o imposto.

Para não ir tão longe, seria importante que nos espelhassemos na Colômbia, por exemplo, que tem sido capaz de gerar um espaço de comunicação social visivelmente mais democrático que o do Brasil ou dos Estados Unidos. País que se caracteriza pela regionalização da produção cultural, a Colômbia conta com espectro realmente federativo de rádio e televisão. Todas as universidades do país contam com rádio e televisão próprias, em plena atividade. Em qualquer capital de província a população conta com os três canais estatais (um público e dois que aceitam licitações regionais), mais um canal da universidade, mais o da comunidade propriamente dita (o do município), além de canais vindos dos países vizinhos (Chile, Peru, México) e outros canais de cabo; conta também com canais locais de rádio. Em 1996 o governo entregou mais de mil rádios comunitárias, com regras de licitação bastante equânimes, e a convocatória não poderá ser revista em menos de cinco anos (9).

Outro mecanismo de proteção da sociedade civil contra os abusos dos meios de comunicação que vem funcionando muito bem na Colômbia é a figura jurídica da tutela: qualquer cidadão que se sinta lesado ou ofendido por algum programa ou men-

- 5 Vale a pena contrastar essa passagem de *Brazilian Cinema* com a análise da crise do cinema brasileiro feita mais recentemente por Randal Johnson para esta mesma *Revista USP* (1993). Enquanto no livro em inglês ele e Robert Stam mencionam abertamente a feroz pressão exercida pelo enviado de Hollywood, Jack Valenti, contra o crescimento autônomo do nosso cinema, no artigo publicado no Brasil as três últimas décadas são analisadas em detalhe, porém sem fazer nenhuma menção ao imperialismo norte-americano.
- 6 Em 1993 o Congresso instituiu o Conselho por lei e estabeleceu a sua composição, mas o Senado suspendeu a nomeação dos membros, acatando pressão dos empresários do setor da mídia (apesar de representantes do setor terem participado do acordo que instituiu o Conselho). O lobby dos conglomerados de comunicação é extremamente poderoso, sobretudo porque inúmeros deputados e senadores são eles mesmos proprietários de rádios, jornais e canais de televisão.
- 7 Para uma análise do declínio do espaço público dos Estados Unidos devido ao empobrecimento das alternativas de expressão pela mídia, ver Noam Chomsky (1989 e 1994). Fiz também uma análise detalhada do declínio da rádio e da TV nos Estados Unidos em um outro trabalho (Carvalho, no prelo).
- 8 Cf. Néstor Canclini, *Consumidores e Cidadãos*, 1995, p. 156.
- 9 Tenho tentado entender um pouco da complexa realidade cultural colombiana a partir de várias visitas acadêmicas que fiz a esse país nos últimos cinco anos. A Colômbia é retratada na mídia brasileira unicamente como lugar de traficantes de droga e de altos índices de violência. Essa caricatura, difundida pela mídia norte-americana e por nós comprada compulsoriamente, poderia aplicar-se também, se de fazer caricatura se tratasse, tanto para o Brasil como para os Estados Unidos. Na verdade, ela conta com um padrão geral de escolaridade e de incentivo às expressões culturais locais realmente respeitável para nossas condições latino-americanas.

sagem emitida pelos canais de televisão ou rádio do país pode iniciar uma ação de embargo contra a empresa responsável, que deverá suspender o programa ou mensagem até que o Ministério Público julgue o mérito da tutela. Algumas dessas tutelas – sobretudo contra o nível de violência de alguns programas – têm realmente causado um impacto nacional e forçado muitos canais a refazerem parte de sua programação, numa demonstração clara de que é possível existir uma interferência justa da sociedade civil contra os abusos dos conglomerados de meios massivos de comunicação de um país, desde que os mecanismos legais e de representação consigam libertar-se das amarras do grande poder político e econômico. O mecanismo da tutela foi instituído na Constituição colombiana de 1991; posterior, portanto, à definição do Conselho de Comunicação Social na nossa Constituição de 1988. A comparação do destino desses mecanismos nos dois países aponta para o desprezo de nossos congressistas, nos últimos nove anos, por esse importante mecanismo de proteção da sociedade civil e de democratização das expressões culturais massivas.

Quando nos deparamos com a diversidade que caracteriza a situação colombiana, os cartéis brasileiros e americanos de telecomunicação nos aparecem com toda a sua monstruosidade. Aqui, como todos os jornais da época noticiaram, Antônio Carlos Magalhães, então ministro das Comunicações, desprezando todos os critérios de equanimidade social, entregou, em 1988, centenas de concessões de canais de rádio e televisão a deputados, em troca de votos a favor do quinto ano de mandato de José Sarney. Arbitrariedade ocorrida imediatamente após a aprovação da Constituição de 1988, perdemos naquela época uma preciosa possibilidade de corrigir os abusos de acesso aos meios de difusão cultural causados pelos anos da ditadura militar. E agora, numa triste continuidade dessas práticas totalitárias disfarçadas de negociação política, os jornais denunciam uma nova entrega de concessões irregulares de rádios comunitárias em troca de votos para a reelei-

ção do atual presidente (10). Ou seja, repetimos integralmente, mesmo após a saída dos militares, a receita estabelecida na segunda metade da década de 60. Eis por que, em síntese, a porcentagem de lixo audiovisual norte-americano é de 96%: porque desde que ele se instalou com toda força, há trinta anos, a sociedade civil jamais pôde de fato interferir – de um modo ativo, e não passivo, como é a resposta às pesquisas de opinião – sobre a programação que lhe é oferecida. Há que se lembrar que o Ibope pergunta sobre o que você mais gosta do que lhe foi mostrado e não do que *você* quer que lhe mostrem.

Uma vez instaurado esse padrão de verdadeira asfixia de produtos audiovisuais norte-americanos, um argumento muito comum para justificá-lo em termos de mercado é o da escala de produção: os desenhos animados, os gibis, os filmes, as músicas são produzidos numa quantidade imensamente superior à produção nacional e por isso saem mais baratos, sendo mais comprados e consumidos. Parece convincente, mas esse argumento é a-histórico e contorna a necessidade de se explicar, antes de mais nada, como foi construída essa desproporção de produção industrial. Suspeito, além disso, que essa cadeia causal na verdade é invertida: é essa escala maior de produção que permite a penetração desses produtos em nossos países, ou foi justamente a coerção imperialista sobre nós, ao longo de décadas, que levou a uma ampliação desmedida da produção audiovisual norte-americana?

Quando não encontram mais argumentos para convencer-nos de que essa relação é regida apenas pelas leis do mercado, respondem com a ubíqua teoria da recepção. O importante passa a ser o fato de que em cada lugar os segmentos da população darão respostas diferenciadas aos produtos norte-americanos, e com isso se resolve a questão. Minha objeção é simples: se a população responde de forma diferenciada aos produtos da mídia transnacional, então que tenha pelo menos o direito de opinar sobre a origem dos produtos a que vai responder. Antes de nos entusiasmos com

10 Cf. notícia da *Folha de S. Paulo*: "Esquema Oferece FMs Piratas a Políticos com Objeto Eleitoral", envolvendo o Ministério das Comunicações (19/1/1997, pp. 1-15).

a possibilidade de o povo brasileiro dedicar-se a variadas e profundas hermenêuticas da produção massiva norte-americana, tem de se assegurar à população o direito de escolher se quer ou não fazer a exegese desses textos e não de outros, nacionais ou não. E, acima de tudo, se não prefere a variedade ao monopólio.

Na verdade, a questão da cultura de massa é apenas um dos sintomas de um problema maior, que perpassa praticamente toda a política (entendida aqui no seu sentido mais geral) da nação brasileira no presente momento: estamos sendo instados a reorientar inteiramente nossa sociedade, de modo a cumprir com expectativas que estão nas agendas de organismos e nações mais poderosos do que nós, tendo os Estados Unidos como líder absoluto desse projeto. Tudo que lembre minimamente proteção aos direitos e valores nacionais é diabolizado instantaneamente. Mencionar, por exemplo, a questão da nação brasileira já coloca a pessoa no lugar de arcaico, de “dinossauro”, de parado no tempo. O subtexto dessa reação se repete em quase todas as esferas passíveis de confronto: os Estados Unidos são nosso modelo de modernidade, eles são a “democracia mais avançada”, etc. Percebo um grau significativo de intimidação nessa atitude consistente de desconsiderar qualquer voz crítica das relações de dominação a que estamos submetidos atualmente.

Todavia, a agenda de Washington nesse momento se apresenta como de um canibalismo sem limites. O tratado da biodiversidade, que seria a peça mais importante a ser firmada na Eco-92, não foi assinado pelos Estados Unidos. Isso significa que eles não admitem a autonomia dos povos em relação aos seus recursos naturais e biológicos. Daí terem exercido enorme pressão para que passássemos recentemente uma lei de patentes basicamente desfavorável ao Brasil e inteiramente favorável às corporações norte-americanas. Luc Verheyen, jornalista belga que faz estudos comparativos das várias leis de patentes em discussão hoje no mundo inteiro, avalia que a lei brasileira é ainda mais fraca

(no sentido de preterir os interesses de nossa população, inclusive de nossas gerações futuras, em nome de interesses norte-americanos) que a da maioria dos outros países do Terceiro Mundo. A lei de cabotagem, que circula atualmente no Congresso, sofre pressões sistemáticas para que atenda primeiramente aos interesses norte-americanos. Para resolver a crise da saúde e da previdência, receberemos agora uma forma muito particular de pesadelo capitalista anti-humanista: o das seguradoras norte-americanas, que para cá chegam justamente quando sua tirania está se tornando insuportável para a própria sociedade onde foram criadas.

Outro caso emblemático dessa hierarquia de poder é o do sistema de radares da Amazônia, que o Brasil foi forçado a entregar para uma firma norte-americana. Nosso presidente recebeu pressão direta do presidente dos Estados Unidos (11). E não pára por aí. Numa semana estamos sendo coagidos a não industrializar as regiões Norte e Nordeste. Na próxima, já é a quota de carros que incomoda. E os exemplos de pressão, coerção, chantagem e ameaças de retaliações se multiplicam a cada dia. Se a polêmica em torno do Sivam mostra de um modo quase espetacular, vista sob a perspectiva de um jornalismo investigativo, a possibilidade de um controle norte-americano da Amazônia brasileira, existem outros acordos que sequer têm esse *glamour*, dada a dramaticidade do que está em jogo em termos de vidas humanas. Raia o macabro, por exemplo, o recente “convênio” de cooperação proposto pelo Instituto de Transplantes de Pittsburgh à Associação Brasileira de Transplantes: os norte-americanos entram com as novidades tecnológicas e o Brasil entra com fígados humanos (12). Tudo isso, aliado à implementação da lei da doação presumida num país de mortos de fome, descortina-nos a possibilidade do início de uma realidade de exploração imperialista sem precedentes: os corpos dos brasileiros darão sobrevida aos cidadãos norte-americanos (13).

Eis a esquizofrenia própria de uma relação que não pode ser criticada: por um lado os Estados Unidos são nosso modelo,

11 O caso do Sivam exemplifica a dificuldade que tem o estudioso em detectar exatamente o estado dessas relações neocoloniais. Sabemos pelos jornais que Bill Clinton telefonou para Fernando Henrique Cardoso, mas não sabemos o conteúdo específico da coerção exercida, isto é, não sabemos qual seria a retaliação imposta caso o Brasil optasse pela companhia francesa (opção que representaria, segundo membros da comunidade científica brasileira, uma economia de uns 600 milhões de dólares para os nossos cofres públicos).

12 Ver a excelente discussão dos desafios que nos aguardam nessa batalha desigual entre o Sul e o Norte pela matéria mesma da vida, no livro de Giovanni Berlinguer e Volnei Garrafa, *O Mercado Humano* (1996).

13 Isso é exatamente o que sucede neste momento na Índia, que já firmou esses convênios para transplante: a maioria dos órgãos indianos dá sobrevida a cidadãos, não da Índia, mas do Primeiro Mundo.

estamos “muito bem” com eles, etc.; por outro lado, jamais somos deixados em paz, eles jamais estão contentes conosco. Vemo-lo todos os dias nos jornais: enquanto o presidente da República sorri feliz ao lado de Bill Clinton, nosso chanceler, ao sair das extenuantes negociações a portas fechadas, mal consegue conter o desconforto nas coletivas de imprensa em Washington.

II. A CENSURA À DIVERSIDADE CULTURAL NOS ESTADOS UNIDOS

Sim, mas não seria o caso de perguntar o que são os Estados Unidos. Um dos países mais nacionalistas e chauvinistas do planeta e que exerce provavelmente o maior protecionismo às suas empresas capitalistas em todo o mundo. Pregam o livre mercado, mas reservam cuidadosamente as áreas de comércio (inúmeras) que lhes parecem estratégicas para a sua soberania enquanto nação. E esse mesmo protecionismo econômico se reflete com toda a clareza no universo da produção simbólica (14). Por exemplo, no Brasil ensinam-nos que os Estados Unidos não têm Ministério de Cultura. É claro que têm, mas não com esse nome. Não há um ministro, mas um grupo de ação equivalente ao de um executivo na área de cultura; os grandes produtores de Hollywood, os donos das redes de mídia, das gravadoras, das revistas, etc., em conjunto, produzem uma política cultural que expressa o Estado e o apóia com uma retórica própria do poder que se diz público. O que caracteriza a maneira norte-americana é um duplo movimento, através do qual se silencia a diversidade cultural que não foi criada dentro do país, ao mesmo tempo que se impõe a sua produção cultural para fora.

No caso da produção musical, o monolingüismo nos Estados Unidos é máximo: tudo que não seja música cantada em inglês é expressão para minorias, tendo seu espaço na grande mídia praticamente anulado. Tomando como exemplo maior a produção cinematográfica, é fato mais que

sabido que nos Estados Unidos quase não circulam filmes estrangeiros. É preciso ir aos poucos cinemas alternativos, geralmente cineclubes universitários, para se ver algo que não seja norte-americano. E o cinema é justamente um tipo de expressão simbólica que abre fronteiras, impede o encapsulamento e a adesão cega aos princípios de uma sociedade, ao apresentar modos de vida diversos que circulam em outras partes do mundo. A ausência de exposição a esses valores diferentes empobrece a formação do cidadão, estreita sua perspectiva de mundo. Ao ser bombardeado pela mesmice, o indivíduo tem menos chances de resistir, de avaliar de verdade a qualidade do produto ficcional que lhe é vendido e em que medida ele pode de fato trazer uma idéia verdadeira da realidade alheia que descreve, comenta ou evoca.

E como se não bastasse esse fechamento quase extremo às filmografias de outras partes do mundo, há, ainda, nos Estados Unidos, um complexo e sofisticado mecanismo utilizado pelas instâncias controladoras da programação cinematográfica para impedir que um filme estrangeiro cause todo o impacto de sua proposta estético-ideológica original na população do país. Isso se faz através de uma prática de alterar, recortar, simplificar, diminuir, e praticamente refazer os filmes estrangeiros que entram no circuito comercial.

Há toda uma técnica já estabelecida de efetuar esses cortes. As obras-primas de cineastas como Stanley Kubrick, Visconti, Fellini, Pasolini, Oshima, Ozu, Fassbinder, Herzog, Godard, Tarkovsky, etc., não são vistas em seu formato original. Conheci pessoas cujo trabalho consistia em fazer essas adaptações dos filmes estrangeiros para os Estados Unidos. Geralmente suprimem os longos diálogos, pontos da narrativa em que se dão os enfrentamentos mais complexos e intensos entre os personagens. E é justamente aquilo que o personagem poderia oferecer de desafiador dos estereótipos de humanidade que é sacrificado; tentam retirar o específico, o irredutível, o incomensurável do personagem – ou da relação entre os personagens – para que a

14 Como menciona Néstor Canclini (1995, p. 157), os Estados Unidos contam com uma lei, chamada de Super 301 da Lei de Comércio, através da qual se atribuem unilateralmente o direito de impor restrições aos produtos culturais estrangeiros. É entendida como o princípio da retaliação, mas o leitor deverá perguntar-se: que eu-femismo se esconde por trás da decisão unilateral de impedir a entrada de textos culturais estrangeiros num país que se diz democrata?

“história”, ou o que quer que reste em seu lugar, seja rapidamente rebatida num repertório já trilhado de milhares de histórias de menor exigência de recepção. Costumam cortar também as seqüências mais lentas e intensas, tudo feito de modo a tornar a história mais “leve” e valorizar a “ação” (palavra mágica) do enredo, caso exista. No plano retórico, trabalha-se também com uma positividade acrítica da idéia de velocidade e agilidade; como se aquilo que é ágil fosse esteticamente superior ao lento e, portanto, desejável. Ou seja, a intervenção é invariavelmente um ato ideológico de empobrecimento, simplificação e banalização da narrativa, quando não de destruição de sua inteligibilidade. Até as produções britânicas aparentemente anódinas, como as adaptações em voga de novelas de Charles Dickens e Jane Austen, já costumam ser feitas com duas edições distintas: uma para circulação na Europa (e, por extensão, para o resto do mundo) e outra – devidamente lobotomizada – para ser vista pelo público norte-americano.

Um caso extremo (ainda que de modo algum isolado) dessa política de cortes é o do filme *Teorema*, de Pasolini: para ser exibido nos Estados Unidos o filme teve que ser dilacerado a tal ponto que se tornou literalmente ininteligível (15). Somente nos anos Costa e Silva e Médici, no auge do terror militar brasileiro, praticou-se tal grau de censura da arte cinematográfica. Há que se lembrar ainda que a porcentagem de filmes estrangeiros exibidos comercialmente nos Estados Unidos não passa de 1% (16). E mais extrema ainda é a pobreza de cultura cinematográfica no país se tomarmos em conta que pelo menos a metade desse 1% de filmes estrangeiros é exibida numa única cidade: Nova York. Estamos falando portanto de uma interferência pasteurizadora em cima de uma quota tão baixa do total do consumo cinematográfico nacional que já seria em si desprezível em termos de influenciar ideologicamente a população do país; todavia, nem sequer essa pequena parcela da produção simbólica consegue escapar ao controle sistemático das mentes. Como era de se esperar, o corte

dos filmes é justificado por uma retórica tipicamente capitalista: para que eles sejam melhor adaptados ao “gosto” do consumidor!

Poderíamos imaginar a operação feita por essa indústria de entretenimento como o oposto, em significado, dos cortes radicais efetuados por Ezra Pound na versão original do poema *The Waste Land*, de T. S. Eliot: Pound cortou dezenas de versos, expressões e palavras soltas, não para tornar o poema mais fácil, mas justamente para produzir o efeito inverso, torná-lo mais denso, menos óbvio, mais desafiador em sua singularidade.

Impressiona observar como a população dos Estados Unidos introjetou essa mutilação freqüente dos filmes. Por exemplo, se uma locadora anuncia a versão de um determinado filme estrangeiro dita “sem cortes”, ou “na sua edição original”, etc., isso deveria evidenciar uma intervenção, provavelmente à revelia ou a contragosto dos criadores, na versão original do filme. O que deveria levar os videoespectadores a questionar se a versão anterior do filme, distribuída comercialmente nos cinemas, não foi objeto de censura. Todavia, aparentemente a capacidade mental do americano médio não lhe permite tal nível de abstração e de associação entre dois pedaços de informação diferentes. Prefere entender a “versão sem cortes” apenas como uma nova cara de um produto conhecido; algo assim como uma determinada marca de cigarro “com filtro” e “sem filtro” (17). Surpreende-me a ausência de discussão, entre nós, desse mecanismo de censura estética vigente nos Estados Unidos. Fala-se todos os dias daquele país nos jornais, na TV, nas rádios, nas revistas, nos livros, mas não se passa aos brasileiros nenhuma informação sobre os mecanismos de controle da consciência impostos à população norte-americana.

Esses mecanismos de censura, às vezes tão sofisticados, tornam-se mais transparentes, descartados mesmo, quando analisamos a trajetória do grande linguista e analista político Noam Chomsky, um dos maiores críticos da política externa do seu país. Apesar de ter sido chamado pelo *New*

15 Sem exagero, o grosso da filmografia européia dita radical tem sido trivializado ao chegar nos Estados Unidos: *O Último Tango em Paris*, *Laranja Mecânica*, *Belle de Jour*, *Blow-Up*, entre centenas de outras obras-primas, foram cortadas mais ou menos segundo o padrão de *Seleções do Reader's Digest* para que pudessem ser exibidas para menos de 1% do público norte-americano.

16 Cf. Canclini, 1995, p. 156.

17 Existem, obviamente, outras razões para cortes além da censura explícita. Refiro-me aqui estritamente aos filmes estrangeiros, que não foram submetidos, na sua confecção, ao controle ideológico e estético da indústria norte-americana de cinema. No caso dos filmes produzidos no Estados Unidos, essas disputas internas também geram versões alternativas, chamadas “do diretor”, lançadas, sempre para uma minoria, após as versões comerciais. Esse foi o caso, por exemplo, das duas versões de *Blade Runner*. De qualquer sorte, a censura ideológica é parte e parcela desse jogo simultâneo de “entretreter” e alienar a população ao acesso a valores e modelos alternativos de vida e de convivência.

York Times como o maior intelectual vivo, Chomsky, autor de mais de trinta livros de análise da política dos Estados Unidos, falou uma única vez na televisão norte-americana nos últimos dezesseis anos. O cerceamento escandaloso a que é submetido pela grande mídia norte-americana já chegou ao ponto de destruírem uma edição inteira de um de seus livros (18). O modo encontrado pelo sistema para impedir a circulação dessa obra que denuncia as inúmeras violações dos direitos humanos por parte do Estado norte-americano no mundo inteiro foi emblemático do poder totalitário do dinheiro: a Warner Communications, que não gostou do conteúdo do livro, comprou a Warner Modular que o havia editado e destruiu a edição inteira do livro de Chomsky e de todos os demais títulos de autores dissidentes publicados por aquela editora.

Tive a oportunidade de discutir essa situação com o próprio Chomsky, quando esteve em Brasília em novembro de 1996. Quando falou do fechamento cada vez maior da mídia nos Estados Unidos, observei que ele mesmo tem sido objeto de censura por suas idéias e sua capacidade de denunciar as injustiças perpetradas pelo seu país e suas corporações gigantescas, aliadas ao Estado. Chomsky negou veementemente que tenha sofrido censura e interpretou o que lhe fazem como sendo apenas “o modo como as sociedades livres conseguem silenciar os dissidentes”. Repliquei que essa “maneira particular de silenciar as vozes dissidentes” é, no meu entender, apenas uma outra manifestação do que entendo por censura. Mais ainda, uma sociedade livre e democrática é justamente aquela que conta com mecanismos capazes de assegurar às

vozes dissidentes o direito de serem ouvidas. Se na prática elas são silenciadas, devo concluir que essa sociedade não é uma sociedade verdadeiramente livre e democrática, como nos quer fazer crer.

Enfim, o que quero enfatizar é que nos Estados Unidos se leva a cabo uma sistemática manipulação das consciências, implementada sobretudo através do monitoramento contínuo de textos culturais que possam desafiar os valores estabelecidos. Se lá existe um gigantesco mercado de produtos simbólicos associado à grande mídia, esse mercado é tudo, menos livre, como ainda acreditam, ou querem acreditar, muitas pessoas no Brasil. Finalmente, é preciso lembrar que essa prática, de adulterar sistematicamente o conteúdo de filmes (geralmente com o intuito de neutralizar suas dissonâncias com a sensibilidade do poder), sempre tem sido feita por regimes totalitários, tais como as ditaduras militares e os governos fascistas. Indica um controle ideológico severo por parte das organizações daquele país que regem o destino da vida individual, tais como as grandes corporações (19).

Outra linha complementar de raciocínio. Se pesquisarmos o consumo cultural em toda a Europa, América Latina, Ásia e Oceania (não me sentiria seguro no caso da África), provavelmente chegaremos à conclusão de que, pelo menos para o caso do cinema – que é, repito, um tipo de texto simbólico central para a expansão do nosso mundo mental nos dias de hoje –, a população norte-americana é uma das mais limitadas e ignorantes; enfim, uma das menos cosmopolitas e menos expostas a diferenças de sensibilidade, sem que essas passem primeiro pelo filtro homogeneizante da sua própria indústria cultural. Em qualquer país da Europa e da América Latina, com certeza a porcentagem de filmes estrangeiros exibidos é muito superior a 1%. Há que se refletir profundamente sobre isso.

No que diz respeito à investida agressiva dos produtos culturais norte-americanos no resto do mundo, e do apoio estatal que ela recebe, é importante analisar duas decisões extremamente significativas que

18 Trata-se do livro *Counter-Revolutionary Violence: Bloodbaths in Fact and Propaganda*, de 1973, escrito em parceria com Edward Herman (Chomsky & Herman, 1973).

19 Não é com poucos argumentos que Noam Chomsky vem há décadas descrevendo os Estados Unidos como uma sociedade totalitária. Essa caracterização parece ainda surpreender muitos intelectuais ditos críticos no Brasil, apesar de ser freqüentemente utilizada (com base em sólida argumentação factual) por inúmeros ativistas e intelectuais dissidentes norte-americanos.



foram tomadas no primeiro semestre de 1996. Primeiro, foi anunciado um grande acordo entre a Walt Disney e a McDonald's, que unificarão suas publicidades internacionais pelos próximos dez anos: todos os McDonald's farão publicidade dos produtos Disney e todas as lojas da Disney farão propaganda da McDonald's. Logo em seguida, o Congresso votou uma lei que isenta do imposto a propaganda internacional da Disney e da McDonald's, no valor de 300 milhões de dólares por ano. Por que desviar dinheiro de obras sociais para financiar a propaganda internacional de duas corporações bilionárias? Isso indica a simbiose profunda que elas mantêm com o Estado norte-americano – o mesmo que, para nós, condena o nacionalismo e o protecionismo. Não se trata aqui de mera expansão da iniciativa privada (que é o modo como é passado para a população); pelo contrário, é do interesse do Estado que os produtos (materiais e simbólicos) da Disney e da McDonald's se disseminem pelo mundo. Dito em outras palavras, esse incentivo fiscal não é política cultural para os norte-americanos: trata-se de política cultural *para nós*: querem intensificar nossa identificação real e imaginária com a Disney e com a McDonald's.

III. IMPERIALISMO CULTURAL NO PALÁCIO DA ALVORADA

Não há como naturalizar a americanização (entendida na verdade como consumo acrítico, isento de resistência ou, nos mais das vezes, inconsciente) dos hábitos, valores e produtos norte-americanos. Por exemplo, o próprio presidente da República, numa entrevista concedida a Jô Soares em agosto de 1996, quando perguntado acerca dos filmes que viu naquela época no Palácio da Alvorada, citou *Tieta e*, surpresa, *Independence Day*! Um filme chinfrim, ordinário, o tipo de produto ideologicamente mais rudimentar da supremacia norte-americana no mundo pós-União Soviética. Como se não bastasse declarar à nação que foi esse um dos dois filmes que havia visto

recentemente (propaganda para o filme, pois estava em cartaz naquele momento), ainda foi capaz de avaliá-lo positivamente, argumentando que o povo norte-americano mantém com o seu presidente uma relação mais positiva que a do povo brasileiro com o seu! Como se não soubesse de política, do baixíssimo interesse do cidadão médio daquele país pelo presidente; mais ainda, como se desconhecesse que 50% dos eleitores lhe são absolutamente indiferentes, tanto que nem se preocuparam em votar.

Aqui, o nosso primeiro presidente-intelectual exibiu um gosto cinematográfico consistentemente preso ao lixo cultural hollywoodiano (20). No início do anos 80 João Figueiredo e família assistiam a uma série infindável de filmes de Rambo, Chuck Norris, Charles Bronson e similares. Em 1989 Fernando Collor negou-se a participar de um debate com os demais candidatos à Presidência alegando que preferia ficar em casa vendo a “Tela Quente” da Globo. Paralelamente, éramos informados que Rosane Collor matava o tédio do ofício de primeira dama decifrando as complexidades narrativas da “Sessão da Tarde” da TV Globo. A preferência do casal Collor foi interpretada na época como propaganda para a TV Globo, que apoiou a candidatura de Fernando; na verdade, foi isso e muito mais: eles reiteraram a preferência presidencial brasileira pelo lixo cultural norte-americano. Após Figueiredo e Collor, era justo esperar algo melhor do presidente-intelectual; se não a menção direta de algum luminar do cinema-arte mundial (norte-americano ou não), pelo menos qualquer obra acima da mera escória estupidificante. Pois *Independence Day* consegue ser ainda mais chauvinista e imperialista que *Rambo*, símbolo da arrogância militarista da era Reagan.

O presidente vê o que quer e diz o que quer. Distinto, porém, do cidadão comum que responde a pesquisas de opinião, o que ele vê – e sobretudo o que ele diz que vê – é sempre um sinal lançado para a sociedade; uma mensagem política, sem dúvida alguma. Certamente não diria, por exemplo, que andou vendo e gostando da ima-

20 Utilizo o termo lixo cultural precisamente para diferenciar esses produtos simbólicos de baixo nível (seriados, músicas, filmes banais, etc.) de expressões culturais e artísticas de grande valor que também recebemos (infelizmente, em escala muito menor) dos Estados Unidos. Enfim, meu sentimento não é contra a cultura norte-americana, mas contra o lixo simbólico que os Estados Unidos nos enfiam goela abaixo.

gem de estadista passada em *Triunfo da Vontade*, o célebre filme nazista. Cabe-nos especular por que Fernando Henrique Cardoso necessita elogiar justamente um filme cuja mensagem é de que todos os chefes de Estado do mundo, com exceção do presidente dos Estados Unidos (inclusive o presidente do Brasil, portanto), são diretamente uns débeis mentais! Será apenas coincidência que isso suceda dentro de uma conjuntura de pressão total do consenso de Washington sobre o Brasil? E já que soberania nacional parece, para alguns analistas, coisa do passado (21), poder-se-ia inclusive perguntar se Fernando Henrique Cardoso não foi diretamente pressionado a falar bem do filme. É doloroso pensá-lo, mas um presidente de um país do Terceiro Mundo – e sobretudo um intelectual – que elogia uma narrativa política tão cínica como *Independence Day* parece haver perdido a fé no valor de seu próprio cargo.

E para deixar claro que meu interesse não é atacar o governo em si, essa perda da auto-estima diante do poder perverso da grande mídia brasileira parece se instalar, não só na Presidência, mas igualmente no Congresso brasileiro. Benedita da Silva e Eduardo Suplicy, dois senadores do PT, partido de esquerda, apareceram recentemente num capítulo de uma novela da TV Globo, figurando como senadores que assistiam ao enterro de um senador-personagem. Eles, senadores reais, representantes da sociedade, aceitaram tornar-se meros

figurantes de novela, rendendo-se, dessa forma, ao poder do simulacro televisivo. A expectativa é de que a aparição na novela os tornará mais visíveis à percepção popular. Por enquanto a única coisa que conseguiram, penso eu, foi perder o lugar moral de poder criticar a TV Globo em suas práticas constantes de distorção e manipulação da opinião pública (22). Após três décadas de incessante pressão simbólica, tem-se a impressão de que presidentes, senadores, deputados, juízes, todos vão paulatinamente perdendo a auto-estima e a noção de quem são e se deixando confundir com simulacros de si mesmos controlados por instituições midiáticas cujos interesses jamais serão os mesmos daqueles que os elegeram para os cargos que ocupam. Aqui se cumpriu, de fato, o que disse recentemente Octavio Ianni: que a mídia desempenha hoje o papel exercido, até pouco tempo atrás, pelos partidos políticos (23). E a grande mídia brasileira é inteiramente dominada, ideologicamente, pela grande mídia norte-americana.

IV. DA “MORTE NIKE” A OUTRAS MORTES

Minha insatisfação com as análises contemporâneas é que elas enfatizam as mediações, recepções, vias de mão dupla, fecundações mútuas, ressignificações; enfim, concentram-se exclusivamente nos casos – certamente importantes – em que a presença simbólica norte-americana possa ser interpretada positivamente. Contudo, dois termos são consistentemente silenciados no discurso presente: resistência e dominação. Isso, a despeito de continuarem sendo inúmeras (e cada vez mais graves, inclusive) as áreas de conflitos de interesse com os Estados Unidos, pelo menos do ponto de vista da sociedade civil brasileira.

Falar das mediações, hibridações e assimilações sem tocar de frente na questão da desigualdade de poder está na ordem do dia. Por exemplo, em duas obras recentes, dedicadas a traçar um panorama da

21 É o que sustenta atualmente, entre outros, Octavio Ianni: “Aquilo que foi a independência, a soberania, a hipótese de um projeto nacional acabou” (1996, p.7).

22 Lembremos apenas dois exemplos: a primeira eleição de Brizola para governador do Rio de Janeiro e o resumo do debate entre Lula e Collor no segundo turno das eleições presidenciais de 1989.

23 “É o cúmulo, é a barbárie. A mídia tomou conta. O político, para ter vigência como político, precisa transformar-se em imagem. Ele não precisa representar as suas bases, a sua corrente de pensamento. Ele precisa atender à lógica, à dinâmica e ao jogo dos elementos que atuam na mídia.” (Ianni, 1996, 12).





famigerada globalização (24), Renato Ortiz discorre sobre uma nova juventude mundial, que se identifica facilmente mundo afora através de marcas e hábitos de consumo simbólico transnacionais: todos consomem *t-shirts* (sic), tênis, calças *jeans*, vão à Disney, vêem os mesmos artistas na MTV e compram seus discos e suas imagens, navegam na Internet, etc. Apesar de minuciosa, sua análise silencia inteiramente o gravíssimo problema da exclusão social provocada pelo surgimento desse estrato de juventude “mundializada”. A esmagadora maioria da juventude do Terceiro Mundo não pertence a esse grupo de pessoas unidas pelo consumo, por duas razões óbvias: pobreza e miséria. O autor retira igualmente de sua descrição os efeitos absolutamente perversos desse ideário na juventude de nossos países. A impossibilida-

de de realizar esses desejos de consumo a que são bombardeados os jovens 24 horas por dia pela máquina infernal da publicidade fez surgir, por exemplo, novos motivos para assassinatos. Pelo menos no Brasil, na Venezuela, na Colômbia, no México e em Trinidad e Tobago (25) já se estabeleceu um novo tipo de homicídio que podemos denominar de “morte Nike”: matar alguém exclusivamente para roubar-lhe um tênis (26).

É aceitável dizer qualquer coisa sobre o uso de tênis de marca, como matriz de identidade jovem transnacional, sem tocar nessa perversidade que ele propaga? Além disso, a própria análise do que seja essa identidade Nike transnacional parece mal formulada. Muito mais expressiva que uma identidade transnacional pelo consumo, é a identidade da *carência* de consumo, que perpassa, no mínimo, três bilhões de pes-

Nesta página e na anterior, cenas do filme *Independence Day*

24 *Mundialização e Cultura* (1994) e *Um Outro Território* (1996).

25 Menciono apenas os países sobre os quais tive informação direta, comprovada; tudo indica que esse tipo de assassinato ocorre em um número muito maior de países, sobretudo do Terceiro Mundo.

26 Chamo esse desespero por adquirir um tênis de “morte Nike” porque essa marca é um dos emblemas centrais da cultura *hip-hop* transnacional, que nasceu justamente sob a égide de denunciar a situação de privação da juventude negra norte-americana. Existem, é claro, suas variantes, como a “morte Adidas” e a “morte Reebok”, entre outras.



Indonésia, onde um menor de idade recebe a miséria de 12 centavos de dólar por tênis que é vendido no Brasil, para os nossos jovens de classe média, por 140 dólares (27). Como se não bastasse esse absurdo de exploração da mão-de-obra indonésia, a Nike quer agora transferir-se para o Vietnã, onde poderá pagar a hipermiséria de 6 centavos de dólar por cada um desses tênis, tão presentes no imaginário da juventude brasileira, por responsabilidade direta de nossos meios de comunicação, que fazem propaganda indireta de graça para essa corporação infame.

Esta é a discussão da identidade transnacional sobre a qual nós – candidatos potenciais a produzir tênis Nike ainda mais barato que o Vietnã – devemos refletir. Nada de passar acriticamente por cima do engano, da desinformação e da ilusão de participar da modernidade via consumo, quando consumir significa justamente perpetuar formas de dominação e exploração da mão-de-obra que são um regresso a níveis já sentidos como intoleráveis há pelo menos 150 anos.

A questão de apresentar o consumo como se fosse a forma atual de cidadania não resiste à menor crítica humanista, ou pelo menos piedosa, em relação ao ideal de emancipação humana das tiranias sociais. Por um lado, se a capacidade de comprar, apenas, fosse cidadania, os ladrões, traficantes, seqüestradores seriam cidadãos perfeitamente integrados à nossa sociedade – essa foi, por exemplo, a proposta do Cartel de Cali há uma década, de “ajudar” a gerir a cidade; e também a de muitos de nossos traficantes de hoje. Por outro lado, invertendo a questão para as vítimas do sistema, consumir marcas não garante acesso equânime a saúde, educação e serviços básicos. Na verdade, toda identidade baseada no consumo, descrita e aclamada agora como dinâmica, fluida, aberta, mutável, etc., é fundamentalmente uma identidade em crise permanente, uma identidade de desespero constante, devido ao descontrole do indivíduo em relação à manipulação do seu desejo por outrem, sempre mais poderosos. A situação atual do jovem, por

soas no mundo. Há muito se sabe que não existe possibilidade material de prover um (ou mais) tênis para todos os jovens das regiões mais diversas do mundo que os desejam. O engano sofrido pela juventude só é possível pela fenomenal propaganda dessas corporações, que pagam vinte milhões de dólares anuais a jogadores de basquete como Michael Jordan, retratados com todo *glamour* pela mídia brasileira, e a cineastas celebrados no Brasil como “radicais”, como Spike Lee. É preciso saber que 36% dos tênis Nike são manufaturados na

27 As perversidades da Nike foram denunciadas repetidas vezes pelo jornalista Bob Herbert em matérias no *New York Times*, transcritas no *The Gainesville Sun*, de 11/6/96 e 1/7/96. Ver também matéria de Amitava Kumar no *The Gainesville Sun*, 6/7/96.

exemplo, sobretudo do Terceiro Mundo, ou a do pobre do Primeiro Mundo, é praticamente um pesadelo, que tende inclusive a agravar-se: o sistema de “identidades mundializadas” força-o a desejar consumir o que o próprio sistema lhe impede de adquirir (28).

Já a “morte Marlboro” deverá ser auto-evidente para todo adulto que fuma. Contudo, caso alguém não saiba, os Estados Unidos têm aplicado severas retaliações comerciais a países como a Tailândia, que tentaram lutar legalmente contra as companhias de tabaco norte-americanas, as quais, devido às recentes restrições de publicidade nos Estados Unidos, dirigem agora suas propagandas nos países de Terceiro Mundo para os menores de idade. Eis a outra marca na qual a humanidade mundializada supostamente se reconhece: cada vez mais adolescentes do Terceiro Mundo consomem cigarros e diminuem suas expectativas de vida. Sobre a “morte MacDonald’s”, basta folhear qualquer estudo sério (norte-americano, inclusive) sobre a relação entre câncer e a dieta promovida pelas cadeias de *fast food* para entender o que está por trás do *glamour* desses hambúrgueres. Edificantes, não, tais expressões da “modernidade-mundo”?

V. ESCRAVIDÃO NA DISNEYLÂNDIA

Ortiz argumenta ainda que a humanidade se reconhece na Disneyworld, por ser esse já não um lugar de símbolos norte-americanos, mas mundiais. Julgo importante qualificar esse reconhecimento disneyano e contrastá-lo com outros, igualmente possíveis ou idealizados, da humanidade una. Falando estritamente em meu nome (pois não conheço posição intelectual isenta de interesse) parece-me um modo bastante pobre, miserável mesmo, do ponto de vista da justiça e da igualdade universais, reconhecer-se como cidadão do mundo num ambiente privado, voltado exclusivamente para o lucro, onde não é dada às pessoas a mínima possibilidade de expres-

são ou reação livres das estreitas pautas de controle do ambiente, sob pena de ser botado para fora instantaneamente – afinal, trata-se de uma propriedade privada, dedicada à exploração comercial de um negócio chamado entretenimento.

Continuando sua descrição da Disneylândia, Ortiz menciona os pavilhões das grandes corporações (Kodak, Kraft, American Express, Coca-Cola, etc.), o museu de cera com bonecos de todos os presidentes norte-americanos e vaticina: “Será um lugar onde as pessoas encontrarão felicidade e conhecimento. Será um lugar no qual os pais e os filhos partilharão momentos agradáveis, um lugar onde mestres e alunos descobrirão os caminhos abertos da compreensão e da educação” (1994, p. 140). Esta certamente poderá ser sua avaliação. Se todos encontram mesmo felicidade naquele lugar, o autor deveria demonstrá-lo. O conhecimento oferecido é elementaríssimo e o valor educativo dos parques, francamente duvidoso. E, do ponto de vista moral e ideológico, a própria idolatria de uma corporação multinacional é resultado de pressão do capital, através de uma publicidade multimilionária, e não de opções claramente democráticas. Mais degradante ainda – e sobretudo para quem vem de um país do Terceiro Mundo – é reverenciar imagens de cera de personagens como Richard Nixon, Lyndon Johnson, Ronald Reagan, entre outros porta-vozes de um Estado imperialista que desobedece sistematicamente as regras de convívio da comunidade das nações, provocando morte e destruição nos quatro cantos da Terra ao longo do presente século (29). Em suma, não consigo captar o que há de abertura para o mundo, ou moderno (modernidade entendida aqui como a condição de maioria na compreensão racional da sociedade e da história, como o definiu, entre outros, Habermas) em sair do nosso país para viajar à Disney e lá dedicar-se a reverenciar uma galeria de políticos tão ou mais questionáveis em estatura moral que os do nosso próprio país. Que o digam as companhias de turismo e de publicidade, mas espera-se de nós, cientistas

28 Este é o problema que Néstor Canclini não resolve de modo satisfatório em seu livro sobre o assunto (1995).

29 Para refrescar um pouco a memória do leitor e ao mesmo tempo fundamentar minha afirmação, os Estados Unidos são o país que mais desobedeceu decisões da Assembléia da ONU (mais que a ex-URSS, a China, o Irã ou o Iraque) e da Corte Internacional de Haia no século XX, por violações da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ver Chomsky, 1994). Segundo a análise atualizada de Michael Parenti, somente no período pós-guerra, os Estados Unidos deram apoio militar direto a regimes de terror nos seguintes países: Turquia, Zaire, Chade, Paquistão, Marrocos, Indonésia, Honduras, Peru, Colômbia, El Salvador, Haiti, Cuba, Nicarágua, Portugal. Orquestrou golpes militares para derrubar governos eleitos em: Guatemala, Guiana, República Dominicana, Brasil, Chile, Uruguai, Síria, Indonésia, Grécia, Argentina, Bolívia, Haiti. Invadiu ou lançou ataques aéreos em: Vietnã, República Dominicana, Coreia do Norte, Laos, Camboja, Líbano, Granada, Panamá, Líbia, Iraque e Somália (Parenti, 1995, pp. 36-54). A classe média brasileira paga para reverenciar imagens de cera de presidentes que apoiaram genocídios e trabalharam contra a democracia no mundo.

sociais brasileiros, não uma mera descrição desse empreendimento, mas uma análise crítica de sua influência no imaginário político e cultural da nossa população (30).

E já que falamos da Disneyworld, bom seria informar ao público brasileiro que essa corporação, que promete ser o ponto de encontro de uma humanidade feliz, tem sido acusada inúmeras vezes nos últimos dez anos de empregar trabalhadores em regime de semi-escravidão. Segundo uma série de reportagens da Rádio Nacional Pública (National Public Radio, rádio que atende à minoria ilustrada dos Estados Unidos) divulgadas no primeiro semestre de 1996, ela contrata empresas de apoio (limpeza, manutenção, serviços gerais, etc.) que utilizam mão-de-obra de imigrantes ilegais que entram nos Estados Unidos, vindos de El Salvador, Guatemala e México. As empresas contratadoras da Disney trabalham mancomunadas com um tipo sinistro de atravessadores conhecidos por coiotes. Estes prometem colocar os estrangeiros dentro dos Estados Unidos, através de caminhos clandestinos e perigosos da fronteira, por um alto preço, de no mínimo dois mil dólares. As pessoas se endividam para pagar adiantado ao coiote, iludidas com a sua promessa de que ganharão 5 dólares a hora na Disney. Ao chegar a Orlando são enviadas para tugúrios, onde dormem às vezes mais de vinte pessoas em dois quartos mínimos; em seguida recebem a má notícia de que lhes serão descontados os valores correspondentes a transporte, uniforme e alimentação; terminam recebendo uma quantia de absoluta sobrevivência, de modo que trabalharão entre 18 e 24 meses de graça, unicamente para repor a dívida inicial com seus parentes e amigos no país de origem. Dois anos após sua triste estada no mítico “Norte” regressam a seu países, tão pobres como quando de lá saíram.

E como as televisões, rádios, jornais, companhias de turismo de todos os países latino-americanos continuam escamoteando notícias críticas e denúncias, vendendo sempre a ilusão de que a Disney é o paraíso na Terra, muitos de nossos inte-

lectuais progressistas e ativistas de movimentos sociais passeiam pelos parques da Disney ignorantes do fato de que em seu gigantesco subsolo, do tamanho de uma cidade, trabalham imigrantes sem nenhuma cidadania, entregando sua força de trabalho exclusivamente pela sobrevivência física. Nada de sonho e alegria. O mesmo nível de exploração humana tão nossa conhecida, do Bico de Papagaio à periferia de São Paulo.

Curiosamente, apesar de toda essa intensa lavagem cerebral, tenho ouvido recentemente inúmeras histórias de jovens e adultos que foram à Disneyworld e, apesar de lá deixarem milhares de dólares, ainda sofreram maus-tratos e humilhações. Tem-se a impressão de que o mero acesso a um padrão financeiro capaz de permitir a essas pessoas a viagem a Orlando não é suficiente para superar uma auto-imagem de incapacidade e inferioridade diante da sociedade norte-americana com a qual se enfrentam, ainda que apenas parcialmente (pois trata-se de um espaço privado, inteiramente controlado, e não um espaço público como o de uma cidade). Entre essas incapacidades está, certamente, a incapacidade lingüística. Nosso papel, penso, é ser também porta-vozes dessas histórias, pois elas parecem indicar a maneira insana como estamos construindo nossa relação com essa instituição que tão profundamente se enraíza na psique nacional. Dado que a Disney é tão importante para o povo brasileiro, que tal se nossa mídia televisiva fizesse reportagens sobre temas como esses? Afinal, até a TV Globo já fez denúncias de trabalho escravo no Brasil. Parece-me importante trazer essas informações como um convite à meditação sobre as formas de tirania do mundo presente – o tão propalado “mundo globalizado”: por que a Disney, uma das maiores corporações do mundo, que vende os tais “sonhos” de modernidade e civilização tão caros à classe média brasileira (incluindo muitos dos nossos cientistas sociais), com todo o seu lucro fabuloso, necessita continuar com a tradição do trabalho quase-escravo, há séculos tão conhecida de nós, brasileiros, pertencentes a uma nação “atrasada”? (31).

30 Após apresentar-nos Mickey, os sete anões, Pluto, a barca do Mississippi, etc., o autor afirma: “Tudo é costumeiro, nenhuma surpresa. Mas é justamente esse aspecto que diverte as pessoas. O prazer está no reconhecimento, na identificação daquilo que se sabe. Prazer sincero, encantando-se com os detalhes das decorações, do realismo dos bonecos e dos robôs” (Ortiz, 1994, pp. 130-1). Como sabe que esse prazer alheio é sincero? Pelo pouco que vi e pelo que ouvi de muitas pessoas, suspeito que uma boa parte dos brasileiros que vai à Disney anda por lá sem saber exatamente por que foi e o que foi que viu; em muitos casos, a incompetência lingüística por si só impede uma compreensão e uma avaliação autônoma do que lhe é oferecido. O único seguro é que vão cumprir uma programação mental travestida de rito de modernidade, tal o grau de idiotização a que são submetidos pela mídia brasileira, serva da máquina publicitária da Disney.

31 Ver entrevista recente com José de Souza Martins sobre escravidão contemporânea. Fala-se de seis milhões de escravos vivendo ainda no mundo. No Brasil, fazendas do Bradesco, do Bamerindus e da Volkswagen já foram denunciadas por exploração de mão-de-obra escrava. Martins menciona ainda casos recentes de escravidão nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Itália (*Correio Braziliense*, 7/2/1997).

VI. MAIS UMA VEZ, CONTRA O IMPERIALISMO CULTURAL

A última ocasião em que se fez um esforço realmente profundo para se pensar uma política cultural para o Brasil foi no início da década de 60. Naquela época o país vivia uma enorme efervescência de propostas políticas, movimentos artísticos e de reflexão sobre a realidade da nação como um todo e das possibilidades de que nela florescesse um modo próprio e rico de expressão de sua diversidade cultural. Contudo, todo o profundo questionamento da realidade cultural brasileira realizado naquele momento foi duramente sufocado pela ditadura militar instalada em 1964. Os Estados Unidos, que haviam incentivado e dado apoio logístico ao golpe militar, ofereceram aos generais a sua receita para enfrentar a suposta ameaça comunista de nossos criadores na área do pensamento e da cultura em geral: geógrafos como Josué de Castro e Milton Santos, pedagogos como Paulo Freire, músicos como Chico Buarque, dramaturgos como Oduvaldo Vianna Filho, filósofos como José Américo Motta Pessanha e tantos outros; toda essa sofisticada *intelligentsia* é composta de comunistas perigosos. Silenciem essas vozes e nós lhes daremos (na verdade, venderemos) a solução para o seu projeto cultural nacional: nosso lixo cultural.

Empresários como Roberto Marinho foram encarregados de executar essa missão repressora, que interessava tanto às elites brasileiras quanto aos seus chefes em Washington: promover um empobrecimento sistemático do espaço crítico e da livre experimentação no campo das artes, do pensamento e da informação no Brasil (32). Curiosamente, costuma-se chamar os militares daquela época de nacionalistas. Certamente não o foram em assuntos de cultura, pois o subtexto ideológico das duas décadas de ditadura foi muito claro: implantar no Brasil o estilo norte-americano de lobotomização das consciências. O único momento em que se retomou, ainda que de um modo mais limitado, a

questão cultural foi com a tentativa de Aloísio Magalhães de criar um Centro Nacional de Referência Cultural, órgão que deu origem à Fundação Pró-Memória. O CNRC era inspirado numa idéia nacionalista, ainda que de elite, de pesquisar e desenvolver um *design* brasileiro, idéia cara ao então ministro Severo Gomes. Trinta anos depois, encontramos mais ou menos diante da mesma agenda: a população brasileira pode (e deve) se imbecilizar, a ponto de nivelar-se inteira pelo lixo norte-americano e pelos seus correlatos nacionais, como o Faustão, o Gugu Liberato, a Xuxa, o bispo Edir Macedo, conquanto se consiga zerar o déficit e atingir todas as metas de ajuste econômico exigidas pelas agências com sede em Washington e Nova York. Nem sequer alfabetizar adultos é mais necessário, dentro dessa agenda mercadológica que ainda é capaz de apresentar-se como destinada à construção da cidadania (33).

Pode-se dizer que estamos submetidos a uma condição de imperialismo cultural na medida em que perdemos a autonomia para escolher a qualidade e a quantidade dos produtos simbólicos – no caso presente, predominantemente de qualidade ordinária – que nos são impostos à revelia da decisão da maioria dos membros da nossa sociedade, e com base em coerções de tipo econômico e político que nossos governantes não se atrevem a enfrentar. Mais grave ainda é a submissão ao imperialismo quando sequer se consegue denunciar, discutir ou simplesmente detectar essa relação de desigualdade e subalternidade, seja por medo de retaliações por parte do império ou, o que é ainda mais grave, porque a população se coloca numa condição de entrega mental, perdendo assim as referências de sua própria diferença e capacidade de crescimento cultural com autoestima.

Enquanto não obtiver respostas claras e completas sobre a atual falta de controle, por parte da sociedade brasileira, da presença arrasadora da produção simbólica industrial norte-americana no país, penso que continua valendo minha leitura

32 Um exemplo dramático da tirania que as organizações Globo exercem sobre a sociedade brasileira pode ser visto na capacidade que teve de bloquear completamente a difusão no Brasil do documentário de Simon Hartog, *Brazil, Beyond Citizen Kane*, de 1992, que conta pormenorizadamente o momento crucial das negociações dos militares brasileiros com o grupo Time-Life, as quais definiram, de modo autoritário, o fechamento ideológico e a opção pela baixa diversidade cultural de nosso sistema de televisão. O fato de que sequer a TV Educativa, nem a TV Cultura de São Paulo, tenham tido, até hoje, poder para exibir esse documentário comprova o alijamento da sociedade civil dos meios de comunicação massivos no país, comandados pela Rede Globo, há já vinte e cinco anos, a mando dos Estados Unidos.

33 Enquanto escrevo, os jornais me informam que o presidente da República vetou integralmente a verba da União destinada à alfabetização de adultos: "Trinta milhões de brasileiros que têm mais de 15 anos e não sabem ler ou escrever foram desconsiderados pela nova lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)" (*Correio Braziliense*, 26/11/1997).

do imperialismo cultural a que estamos submetidos. Nossa classe intelectual exercita agora uma arriscada retórica de assimilação e acomodação, em que tudo é possível, menos expor o confronto de nossos interesses com os dos Estados Unidos. Isso não pode ser resultado apenas de uma mudança de foco analítico, pois, do ponto de vista do império, a atitude beligerante nunca mudou. Se em algo se distingue de como era há trinta anos, é exclusivamente pela ampliação dos espaços de penetração, devido à baixa resistência que encontra atualmente entre nós. Fortalecer as instituições da sociedade civil é agora tarefa primordial.

Além disso, temos que retomar a dimensão cultural da nossa crise neocolonial. À parte alguns movimentos incipientes, já não contamos neste momento com nenhuma plataforma coletiva de resistência cultural. E no caso muito particular da grande mídia, não se pode preservar um espaço público de cidadania sem mecanismos de democratização dos grandes conglomerados de produção impressa e audiovisual. O controle e a doutrinação que os poucos canais de TV (principalmente a Rede Globo) exercem sobre a população brasileira são tão altos que seria necessário talvez inverter a equação interpretativa de nossa história política recente e considerar que o fundamental ocorrido nos anos 60 foi a destruição de um projeto cultural nacional: o golpe militar proveu o contexto de relações de poder para um desvio cultural profundo. O governo militar funcionou como uma garantia, uma caução política para acordos culturais e um nível de interferência dos Estados Unidos na área do simbólico, que condicionou, através de um efeito de retroalimentação, os posteriores movimentos da arena política.

No Brasil atual o imperialismo fundiu-se à paisagem. Grande parte dos brasileiros, ao confrontar-se com símbolos e valores norte-americanos, opera estritamente com a mente reativa, que age apesar da consciência discriminadora. Devo aqui atravessar a barreira do que Noam Chomsky chama, muito apropriadamen-

te, de “fronteira do expressável” (34) (pois nossa intelectualidade abomina a possibilidade de que isso ainda ocorra no mundo “livre”, “pós-Guerra Fria”, etc.) e afirmar que vivemos uma situação de conquista da mente. Do mesmo modo como a maioria dos brasileiros não consegue pensar positivamente sobre os países africanos (com muitos dos quais guardamos laços culturais, míticos e psíquicos muito profundos), não são capazes de reagir criticamente à agenda de assimilação preparada pelos Estados Unidos. Sabemos muito bem como se construiu essa agenda: a partir de um conluio íntimo entre os proprietários da nossa grande mídia – apoiados por nossa elite política e econômica – e a cúpula correspondente dos Estados Unidos. A sociedade civil brasileira ainda não conseguiu ser ouvida para dizer o que pensa desse pacto. O dramático é constatar que mesmo a classe intelectual parece sofrer da mesma conquista da mente, tal o seu silêncio atual. Daí a queixa oportuna de Celso Furtado: “há momentos na vida dos povos em que a falta mais grave dos membros da *intelligentsia* é a omissão” (1994, p. 9).

Há que se considerar também as transformações sofridas pela nossa *intelligentsia* no espaço de uma geração. Nos anos 60, nossos pensadores e intelectuais que denunciavam o imperialismo cultural norte-americano viam-se instalados num espaço existencial e histórico basicamente brasileiro, além de se reconhecerem também como latino-americanos. Formavam portanto um circuito de reflexão e crítica inequivocamente centrado no Brasil e na América Latina e seus projetos profissionais eram independentes dos Estados Unidos. A partir dos anos 70, ampliaram-se muito no Brasil os cursos de pós-graduação, os estágios de pesquisa acadêmica, e o contato com os Estados Unidos se intensificou vertiginosamente. Isso propiciou um grau de intercâmbio científico sem precedentes, um grande acesso a novos circuitos de informação e uma abertura de horizontes extremamente positiva. Por outro lado, essa nova geração de acadêmi-

34 Cf. Chomsky, 1989, pp. 45-73.

cos se constrói agora, profissional e existencialmente, em função de seu pertencimento à comunidade científica norte-americana. Brasileiros que fizeram intercâmbio com os Estados Unidos na adolescência, depois pós-graduação e depois estágios de pesquisa, passaram a naturalizar, negar, ou mesmo ignorar os extremos conflitos de interesse que a nação brasileira experimenta com o Estado norte-americano. Em síntese, a *intelligentsia* brasileira (e me refiro em particular aos cientistas sociais) passa a operar agora com uma noção muito mais fraca da oposição nós-eles do que a utilizada pela *intelligentsia* censurada pela ditadura militar.

Assim, o Brasil, que conta com uma massa acadêmica muito mais extensa e atualizada internacionalmente que a dos anos 60, paradoxalmente não consegue receber dela uma orientação crítica em relação à opressão neocolonial que enfrenta atualmente. O paradoxo se instala justamente porque a oposição nós-eles é fortíssima nas áreas decisórias definitivas: nos acordos econômicos, na luta por mercados, na política científica e tecnológica, nas leis de patentes, na proteção da biodiversidade, na bioética, nos alinhamentos políticos, nas definições das prioridades sociais; e, enfim, no assunto que motiva essas páginas: o controle do que é oferecido à população pelos meios massivos de comunicação e cultura. O desafio dos nossos cientistas sociais é como fazer uma leitura dessa oposição – obviamente, sem fechar-se ao diálogo e às possibilidades de intercâmbio equânimes – que não seja uma mera réplica da pauta construída pelos Estados Unidos, mas que seja autônoma o suficiente para não se calar diante dos conflitos de interesse e das formas de opressão embutidas na agenda que nos é apresentada. Ironicamente, muitos dos grandes intelectuais norte-americanos fazem hoje críticas virulentas aos Estados Unidos. Pensadores ideologicamente tão distintos entre si, como o liberal Richard Rorty, o conservador Alan Bloom, o anarco-humanista Noam Chomsky, o eco-

logista Ralf Nader, o católico Gore Vidal, todos coincidem em afirmar que os Estados Unidos são uma sociedade que está caindo aos espaços, devido a um sem-número de fatores que enumeram, tais como: absolutização da ideologia do mercado, dissolução dos laços familiares, excesso de trabalho, consumismo exacerbado, isolamento crescente dos indivíduos, estupidificação causada pela cultura de massa, segregação e ódio interétnico e inter-racial, militarismo histórico, declínio do espaço público, destruição galopante do ecossistema, corrupção do sistema bipartidário, alienação dos cidadãos do sistema decisório dominado pelas grandes corporações. Enquanto isso, os acadêmicos brasileiros – inclusive os que conhecem de perto a sociedade norte-americana – optam por apresentar um discurso de admiração ou por estabelecer comparações entre a realidade norte-americana e a realidade brasileira sem tocar no problema do poder (35).

Um dos tantos tabus com que nos deparamos agora, nesses tempos de falsa globalização, é o de que não se pode mais falar em nome da nação. E em nome de que falam os japoneses, os alemães, os ingleses, os franceses, os norte-americanos? Em nome da nação, sem dúvida alguma. Que haja mudado a negociação da diversidade interna à nação é uma coisa; contudo, os norte-americanos continuam tão chauvinistas como sempre, bem assim como os japoneses e os alemães. Quando um analista do calibre de Octavio Ianni afirma enfaticamente que “não há mais condições para projetos nacionais” (36), o que ele está fazendo (malgrado seu) é dando força retórica ao projeto de continuidade de pelo menos uma nação, que não é a nossa: os Estados Unidos. Eles querem, na realidade, tornar-se a única nação restante no planeta (37). Para isso, é importante que exportem a farsa do fim das nações... alheias! Pregam o fim das nações, mas obrigam as crianças de todas as escolas do país a jurar, todas as manhãs, pela bandeira e pela república norte-americanas (38). Além disso, não reduziram

35 Um dos raros exemplos de texto crítico que conheço – e não meramente comparativo – sobre a academia norte-americana é o pequeno ensaio de Roberto Kant de Lima (1985), escrito há já onze anos. Igualmente Peter Fry produziu um texto comparativo e crítico do modelo de relações raciais norte-americano (1995). E Roberto DaMata se destaca por abrir várias frentes de comparação crítica entre a sociedade brasileira e a norte-americana. O que mais se vê, porém, são aplicações acriticas de fórmulas analíticas norte-americanas e comparações ideologicamente neutras.

36 Cf. Ianni, 1996, p. 8.

37 Isso não é nenhuma paranóia, mas estratégia explícita do Departamento de Estado norte-americano (ver Chomsky, 1994 e Parenti, 1995).

38 É o famoso *pledge*, dito com a mão no coração, algo que só tivemos no Brasil em época de ditadura e que sempre soou, a nós democratas, extremamente autoritário e fascistoíde.

minimamente o seu potencial bélico, a despeito do fim da Guerra Fria e de boatos de propaganda a esse respeito.

É preciso, no momento presente, tentar refazer a proposta nacionalista, pelo menos ao discutir nosso lugar diante dessas poderosas agências transnacionais que nos atropelam e nos dão ordens. Não falo obviamente em nome de nenhum chauvinismo elementar, que celebra cegamente o caipira, o gaúcho, o matuto, o candango, o caboclo, o rural, ou qualquer ícone similar. Penso, porém, que não podemos abrir mão de um nacionalismo estratégico (em um certo sentido equivalente ao essencialismo estratégico defendido por Gayatri Spivak) (39) que nos possibilite equacionar e denunciar as formas de opressão a que estamos atualmente submetidos por outras nações mais poderosas.

Retomo o que discuti mais detalhadamente acima. Foi por uma falta crescente de contato vivencial com a pluralidade cultural radical que a população norte-americana deixou de resistir ao tremendo controle mental e ideológico que lhe foi imposto pelos organismos do Estado (ditos democratas) impulsados pelas megacorporações. Quando denuncio o excesso esmagador dos símbolos norte-americanos aqui presentes é por temor de que eles conduzam a população brasileira – já em si mais debilitada por um despreparo crônico em educação – à mesma lobotomização da consciência lá alcançada. É claro que ainda contamos com nossas reservas utópicas, de um fértil imaginário regional e mesmo nacional; porém, assim como nossas reservas minerais e vegetais estão em processo de dilapidação quase generalizada, essa reserva simbólica também pode um dia se esgotar. Além disso, temos que criar condições para que deixem de ser apenas reservas e que possam ser deusas ativadas, para que se dinamize, no Brasil, o que chamo de simultaneidade de presenças: a situação ideal em que *todas* as nossas tradições culturais, das mais antigas às mais novas, das mais enraizadas às mais recentemente incorporadas, das mais ortodo-

xas às mais híbridas, das mais simples às mais complexas, das mais locais às mais transnacionais, possam florescer a um só tempo e com a mesma intensidade (40). Aí sim estaremos preparados para superar o chauvinismo e o provincianismo que sempre nos rondam e alcançar uma dimensão cosmopolita que nos conduza a uma verdadeira cidadania, já não apenas brasileira, mas mundial (41). Desse modo, o nacionalismo estratégico se transforma em um sentimento internacionalista, refeito agora em outras bases: já não o resultado de situações de crise identitária, carência de elementos de comparação, ou temor da prepotência imperial, mas a expressão de igualdade e equilíbrio de força entre as várias nações postas em contato.

A identidade transnacional que me interessa discutir é a daqueles que ainda têm imaginação e coragem para sonhar com uma forma de vida que esteja livre da ditadura da Disney, da Nike, da Marlboro, da McDonald's, das fórmulas mentirosas de sentimento internacionalista e das hipnotizantes mensagens audiovisuais de conquista fácil de fortuna e poder. Também nos Estados Unidos, país que corta sistematicamente o espaço de fala dos seus dissidentes, continua viva uma linha de reflexão e análise desse projeto imperialista contemporâneo. Tanto não falo de uma posição de xenofobia, que julgo da maior importância que intensifiquemos nosso diálogo com os ativistas e pensadores críticos norte-americanos, pois ambos lutamos contra a mesma conspiração do silêncio. Penso igualmente que quem condena o nacionalismo no Brasil e não é capaz de denunciar o nacionalismo e o imperialismo norte-americanos não passa de um falso internacionalista.

Conforme disse antes, não existe tênis de marca para todos os jovens do mundo, nem sequer para 5% deles; porém, o ideal cego e egoísta das corporações é que todos os jovens do mundo cheguem a desejar esses objetos-fetice. Para tanto, investem fortunas em propaganda, ao mesmo tempo em que controlam as forças produtivas e os meios de produção de modo

39 Cf. Gayatri Spivak, 1990.

40 Discuti com mais detalhes a idéia de simultaneidade de presenças em outro trabalho (Carvalho, 1996a; ver também Carvalho, 1992).

41 Sobre uma utopia cosmopolita de integração da cultura regional com o mundo, ofereci também uma reflexão (Carvalho, 1996b).

a assegurar que não haja tênis para todos, nem camisetas para todos, nem discos para todos, nem entretenimento privado para todos. Se fossem regidos por um princípio de progresso geral da humanidade, trabalhariam para que houvesse calçados (e não marcas) para todos, mas em tal caso esses bens deixariam de ser fetiches, e a escravidão do desejo não mais funcionaria. O projeto norte-americano é difundir essa loucura fetichista pelo mundo afora. Temos que nos conscientizar fortemente de que esse projeto (comum aos sete países mais ricos, mas liderado pelos Estados Unidos), de expansão infinita do consumo e do conformismo das massas pela propaganda audiovisual, não pode ser nosso projeto de nação, nem de Estado e muito menos de sociedade.

Urge equacionar essa patologia civilizatória e, sob nosso ponto de vista, encontrar meios para defender-nos dela, antes que seja tarde demais. Se nos entregamos a ela, provavelmente seremos destruídos como modelo alternativo e específico de convivência humana. Sempre entendi que nosso papel, como cientistas sociais, intelectuais, artistas, é manter a chama do espírito crítico, isto é, acusar as injustiças, desmascarar as hipocrisias, desmontar as falsas imagens e assinalar o espaço de construção de relações fraternas e igualitárias entre os seres humanos. Não estamos aqui para repetir versões oficiais de governos, brasileiros ou não, e muito menos contar historinhas de folhetos de propaganda e de relações públicas de corporações que vendem sonhos de consumo para que nos esqueçamos da exploração exercida sobre nossa sociedade pelo Estado ao qual se aliam. Os Estados Unidos são uma peça fundamental para o equacionamento da situação política, social, econômica e cultural do Brasil. Na medida em que o país conta com uma comunidade acadêmica mais estruturada e com mais recursos que a de qualquer outro país latino-americano, tem o dever de exigir dela uma capacidade de gerar textos críticos, que desmascarem as falácias apresentadas pela mídia brasileira a servi-

ço dos interesses das nossas elites e das norte-americanas

Quando se menciona o imperialismo norte-americano no Brasil, há sempre os que dizem que ele se está difundindo por todas as partes do mundo. Pode ser, mas o fato de que isso esteja sucedendo não o legitima aos olhos de quem defende a diversidade de modelos de convivência humana: não devia ocorrer e não deverá continuar. Por exemplo, as notícias recentes sobre os protestos na Índia contra o uso do maiô no concurso de Miss Mundo – protesto que levou um homem indiano a imolar-se publicamente pelo fogo – dramatizam a expansão agressiva da cultura imperialista que quer converter todas as expressões humanas e todos os seres humanos em objetos de consumo. Devemos ler essas notícias, não como exemplo de fanatismo indiano (que é a versão difundida pela mídia norte-americana), mas como uma reação infeliz e trágica a um outro fanatismo, que também nos sufoca e que já se instala no Brasil: o fanatismo da mercadotria, cujo expoente máximo até agora é justamente os Estados Unidos.

Nos anos 30 Hitler disse: edificarei um império que durará mil anos. Não durou quinze. Nada nos deve convencer de que o único papel que nos resta a partir de agora é servir de depósito do lixo cultural e simbólico norte-americano e adaptar-nos a um projeto insano de homogeneização e destruição da diversidade cultural do mundo e do próprio ecossistema que define o espaço do universo em que nos tocou viver enquanto espécie humana. Sonhar com um mundo fraterno, em que a entrega seja um valor superior à ganância, em que o valor de cada ser humano não seja medido apenas por sua capacidade de converter-se em força de trabalho ou em mero sujeito de consumo, e em que os grupos humanos convivam e não se oprimam entre si, talvez não seja condição suficiente para que nos libertemos das formas atuais de tirania, as quais ameaçam instalar-se nos quatro cantos do mundo. Estou convencido, porém, de que sonhar é condição necessária.

BIBLIOGRAFIA

- ARTE EM REVISTA. "Questão: o Popular". São Paulo, ECA-USP, 2ª ed., 1983.
- BAYER, Osvaldo. *Rebeldía y Esperanza*. Buenos Aires, Editorial Zeta, 1993.
- BERLINGUER, Giovanni e GARRAFA, Volnei. *O Mercado Humano. Estudo Bioético sobre a Compra e Venda de Partes do Corpo*. Brasília, Editora da UnB, 1996.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995.
- CARVALHO, José Jorge de. "Internacionalização da Cultura", in *A Regionalização da Produção Cultural. Arte e Comunicação*, 17-19. Brasília, Sindicato dos Jornalistas do DF/DEX-UnB, 1991.
- . "As Duas Faces da Tradição: o Clássico e o Popular na Modernidade Latino-americana", in *Dados*, vol. 35, nº 3, 1992, pp. 403-34.
- . "Globalization, Traditions, and Simultaneity of Presences", in Luiz Eduardo Soares (org.), *Cultural Pluralism, Identity, and Globalization*. Rio de Janeiro, Unesco/ISSC/Educam, 1996a.
- . "A Retomada da Utopia da Cultura", in *Jornal de Brasília*, 23/12/1996b.
- . "Noam Chomsky e a Dignidade da Vida Intelectual", in *Porantim*, ano XIX, nº 192, janeiro-fevereiro de 1997, pp. 9-10.
- . "A Influência das Religiões Transnacionais na Espiritualidade Contemporânea. O Caso dos Estados Unidos", in Alberto Moreira (org.), *O Novo Horizonte Religioso Transnacional*. Petrópolis, Vozes, no prelo.
- CARVALHO, Vladimir. "Meu Nome É Jack, ou a (quase) Entrega do Ouro aos Bandidos", in *Encontro*, Brasília, 15-30 de outubro de 1977, p. 17.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- CHOMSKY, Noam. *Necessary Illusions. Thought Control in Democratic Societies*. Boston, South End Press, 1989.
- . *World Orders Old and New*. New York, Columbia University Press, 1994.
- . *Keeping the Rabble in Line*. Monroe, Maine, Common Courage Press, 1994.
- . *Class Warfare*. Monroe, Maine, Common Courage Press, 1996.
- e HERMAN, Edward. *Counter-Revolutionary Violence: Bloodbaths in Fact and Propaganda*. New York, Warner Modular, 1973.
- . *Manufacturing Consent*. New York, Pantheon Books, 1988.
- CORREIO BRAZILIENSE. "Alfabetização de Adultos Fica em Segundo Plano", 26/1/1997, p. 13.
- . "Desemprego e Subemprego Criam os Escravos do Final do Século, Entrevista a José de Souza Martins", 7/2/1997, p. 15.
- FOLHA DE S. PAULO. "Esquema Oferece FMs Piratas com Objetivo Eleitoral", 19/1/1997.
- FRANCO, Jean. "Angst Global en la Ciudad Letrada", in *Alteridades*, ano 3, nº 5, 1993, pp. 21-33.
- FURTADO, Celso. *Brasil. A Construção Interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- GARCÍA, Luís Britto. *El Imperio Contracultural: del Rock a la Postmodernidad*. Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1991.
- HERBERT, Bob. "The Rich Get Richer with Nike", in *The Gainesville Sun*, 11/6/1996.
- . "With Footwear, Just Don't Do It!", in *The Gainesville Sun*, 1/7/1996.
- HERMAN, Edward. *Beyond Hypocrisy: Decoding the News in an Age of Propaganda*.

- IANNI, Octavio. *Imperialismo e Cultura*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- . “A Grande Ruptura Histórica”. Encarte da revista *Problemas Brasileiros*, nº 318, novembro-dezembro de 1996.
- JABOR, Arnaldo. “Jack Valenti’s Brazilian Agenda”, in Randal Johnson e Robert Stam (eds.), *Brazilian Cinema*. Austin, University of Texas Press, 1987.
- JOHNSON, Randal. “Ascensão e Queda do Cinema Brasileiro, 1960-1990”, in *Revista USP*, nº 19, 1993, pp. 30-49.
- KUMAR, Amitava. “The Real Meaning of the Olympics”, in *The Gainesville Sun*, 6/7/1996.
- LATOUCHE, Serge. *A Ocidentalização do Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- LIMA, Roberto Kant. *A Antropologia da Academia: Quando os Índios Somos Nós*. Petrópolis, Vozes-Niterói, UFF, 1985.
- MICELI, Sérgio. *A Desilusão Americana. Relações Acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- . *Um Outro Território*. São Paulo, Olho D’Água, 1996.
- PARENTI, Michael. *Make-Believe Media: the Politics of Entertainment*. San Francisco, City Light Books, 1992.
- . *Against Empire*. San Francisco, City Light Books, 1995.
- SODRÉ, Muniz. *Reinventando a Cultura*. Petrópolis, Vozes, 1966.
- SPIVAK, Gayatri. *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. New York, Routledge, 1990.

VÍDEO

Brazil. Beyond Citizen Kane. Direção de Simon Hartog. Produção: Large Door Ltd. for Channel Four. Inglaterra, 1992.

